JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III – Nº 499 – Brasília, terça-feira, 8 de julho de 1997

ACM garante que Senado vai apreciar toda a pauta

Presidente da Casa afirma que reforma da Previdência terá sua votação iniciada em julho. Ele também adverte sobre o risco de não se conseguir aprovar a tempo a legislação para as eleições do próximo ano se houver demora na tramitação

Antonio Carlos (E), ao lado de Arruda e do líder do governo no Senado, Elcio Alvares: otimismo sobre votação

Toda a pauta da convocação extraordinária será apreciada pelo Senado dentro do prazo determinado, segundo assegurou ontem o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. Ele garantiu também pelo menos o início da votação da reforma da Previdência em plenário no mês de julho.

ACM alertou para o risco de não se conseguir votar a tempo a legislação para as eleições do próximo ano, se houver muita demora na tramitação, e recomendou que se adotem as regras consagradas em países mais adiantados. **Página 3**

"A Voz do Cidadão" recebe mais de 30 mil ligações

Mais de 30 mil ligações telefônicas foram feitas de janeiro até agora para o serviço "A Voz do Cidadão", um espaço aberto a denúncias, críticas, sugestões e comentários sobre os trabalhos dos senadores. Para encaminhar sua mensagem, o cidadão deve discar o número 0800-61-22-11, das 10h às 22h. A ligação é gratuita. **Página 4**

As ligações para "A Voz do Cidadão" são atendidas por estagiários da UnB

NESTA EDIÇÃO

Cabral defende servidor estável

"O direito à estabilidade foi uma grande vitória dos servidores públicos e as regras não podem ser mudadas no meio do jogo." A afirmação é de Bernardo Cabral em pronunciamento que recebeu apoio no plenário. **Página 5**

Fundo de Aposentadoria em votação

O Senado vota hoje o projeto que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual. **Página 2**

Comissões têm dia de muitas atividades

Lei Geral das Telecomunicações é um dos destaques. Página 2

Fundo de Aposentadoria Programada Individual poderá receber contribuições dos trabalhadores e das empresas

Senado aprecia hoje a previdência alternativa

O Senado vota hoje, em regime de urgência, o projeto de lei de iniciativa do governo que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, destinados a estimular a aposentadoria complementar voluntária dos trabalhadores. A sessão deliberativa da Casa hoje será às 14h30.

Conforme a proposição, os recursos do Fapi serão administrados por instituições financeiras ou por sociedades seguradoras autorizadas pelo Banco Central, por meio da Superintendência de Recursos Privados, e obedecerão às regras do Conselho Monetário Nacional relativas à gestão de fundos de risco.

Tuma, relator na CCJ

Serra, relator na CAE

Trabalhadores autônomos ou que tiverem vínculo empregatício poderão adquirir cotas do fundo por meio de contribuições periódicas, de acordo com suas possibilidades financeiras. O tempo mínimo de contribuição será de dez anos para que o trabalhador possa obter as vantagens do sistema. O Fapi poderá receber contribuições do trabalhador, da empresa ou de ambos.

O empregador ou pessoa jurídica que se associar ao Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, visando beneficiar seus empregados, poderá abater suas contribuições como despesas operacionais desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.

A matéria recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que teve como relator o senador José Serra (PSDB-SP), e aguarda apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em reunião marcada para hoje, às 10h.

Comissões analisam a LGT e têm pauta movimentada hoje

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúnem-se conjuntamente hoje, às 10h, para apreciar projeto do Executivo que institui a Lei Geral de Telecomunicações.

Também às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se para analisar o projeto que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual (*veja matéria ao lado*).

Às 17h, a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), estará reunida para apreciar, entre outras matérias, o projeto que regulamenta a emenda constitucional que flexibilizou o monopólio estatal do petróleo.

A CAE apreciará também solicitação do governo de Minas Gerais para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 1,7 milhão, para financiar a execução de programa de saneamento em dois municípios daquele estado.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se às 18h para leitura e apreciação do relatório de viagem ao Rio Grande do Sul. Antes, às 14h30, será instalada a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1565-6/97, que altera a legislação que rege o salário-educação, com a eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe o secretário-executivo da Comunidade de Países da Língua Portuguesa, Marcolino Moco
11h30 - Recebe o ministro da Saúde, Carlos César Silva de Albuquerque
15h30 - Preside Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado
Pauta: Apreciação das seguintes matérias: ***PLC nº 71/96**, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual; ***PLC nº 62/95 (tramitando em conjunto com o PLS nº 164/95)**, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; ***PLS nº 164/95**, que altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna; e ***PLC nº 25/97**, que dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (ensino religioso).

COMISSÕES

10h - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Apreciação do ***PLC nº 24/97 (não terminativo)**, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*
10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação do ***PLC nº 71/96 (não terminativo)**, que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*
14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1565-6/97, que altera a legislação que rege o salário-educação
Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*
17h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação do *PLC nº 6/97 (não terminativo), que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; ***Ofício "S" nº 33/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 1 milhão, 795 mil, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa Pró-saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradas; ***Ofício "S" nº 34/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito no valor de R$ 23 milhões, 891 mil, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS; e ***Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo)**, que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*
18h - CPI do Trabalho Infantil
Pauta: Leitura e aprovação do relatório da viagem ao Rio Grande do Sul. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

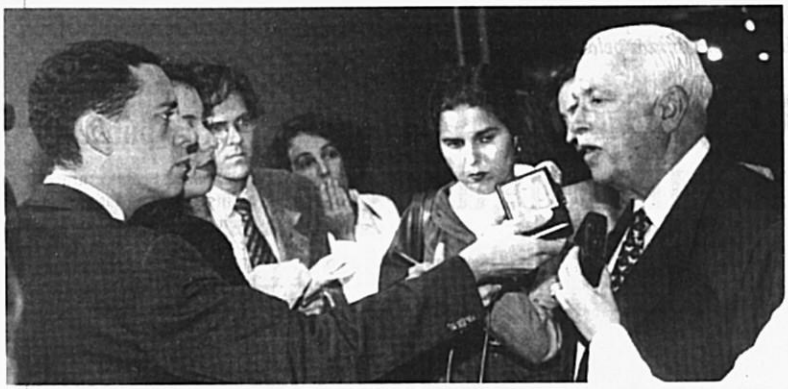
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



O presidente do Senado garantiu que a reforma da Previdência vai a plenário pelo menos para o início da votação

Antonio Carlos Magalhães descarta hipótese de encerrar os trabalhos dia 18, argumentando que a convocação extraordinária acaba dia 25

Pauta da convocação será cumprida integralmente

O Senado apreciará toda a pauta da convocação extraordinária dentro do prazo determinado, assegurou ontem o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que garantiu também pelo menos o início da votação da reforma da Previdência em plenário ainda este mês. "A pauta da convocação será cumprida rigorosamente", afirmou.

Antonio Carlos disse que, da pauta recebida pelo Senado, somente a reforma da Previdência não terá votação concluída durante a convocação, mas irá vencendo os prazos regimentais nesse período, para ser finalmente votada em agosto. Ter tempo para que corram os prazos é um dos motivos pelos quais o senador rejeita a proposta de antecipação do encerramento da sessão extraordinária, para 18 de julho.

- Fomos convocados até o dia 25; se qualquer Casa votar tudo antes, ótimo; mas isso não quer dizer fechar a convocação. Eu só fecharei no dia de terminar: 25 - reiterou.

O presidente do Senado alertou para o risco de não se conseguir votar a tempo a legislação para as eleições do próximo ano, se houver muita demora na tramitação, e recomendou o exame das regras adotadas pelos países mais adiantados que já praticam a reeleição, ao invés de partir para inovações duvidosas.

Antonio Carlos Magalhães manifestou-se contra a proposta de submeter a reforma política a um plebiscito, observando que ela é juridicamente discutível, e desestimulará a votação das reformas agora.

Quanto à tese de alterar a fórmula de representatividade parlamentar, disse que o assunto não é tão importante para o povo brasileiro, a ponto de justificar a convocação de plebiscito.

Líderes listam pela manhã MPs de fácil aprovação

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), deverá reunir-se esta manhã, às 10h, com lideranças de todos os partidos nas duas Casas do Legislativo para selecionar algumas medidas provisórias que, por consenso, deverão ser votadas o mais rapidamente possível.

Para Arruda, o encontro, a realizar-se no Espaço Cultural da Câmara, será da mais alta importância porque, conforme observou, 48 medidas provisórias estão na pauta do Congresso Nacional. "Há 11 medidas provisórias que não receberam qualquer tipo de emenda e, portanto, há consenso", disse.

Maluf alega viagem para não ir à CPI

O ex-prefeito Paulo Maluf não se apresentará à CPI dos Precatórios até que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) conclua seu relatório final. Numa carta que acompanha quase 500 páginas de documentos enviados ao presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Maluf diz que, há mais de um mês, programou viagem com a mulher ao exterior, o que deverá acontecer no período em que a CPI esperava ouvi-lo.

Ao divulgar a carta de Maluf, Cabral anunciou a realização de reunião interna amanhã, quando se deliberará sobre os depoimentos de Maluf e dos governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e Paulo Afonso (Santa Catarina). Arraes antecipou que não pretende vir e Paulo Afonso informou que só virá depois dele. A reunião será presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Junto à carta de Maluf, veio parecer do jurista Saulo Ramos, sustentando que a autorização para a emissão de títulos pela prefeitura de São Paulo data de 1994, estando portanto fora do período abrangido pela CPI dos Precatórios, cujas investigações devem limitar-se a 1995 e 1996. O advogado acusa Requião de, "no mínimo, ter sido injusto e estarrecedoramente contrário aos princípios constitucionais". Diz também que "cumpre, a qualquer cidadão, recusar-se a submeter aos eventuais caprichos de membros da CPI".

Maluf classifica seu secretário de Finanças, hoje prefeito de São Paulo, Celso Pitta, como "um homem competente, honesto, experiente e o técnico ideal para gerenciar as finanças da cidade de São Paulo". E afirma não entender por que o convocaram, "quando o eminente relator, senador Roberto Requião, já declarou à imprensa que não há prova contra Maluf". O ex-prefeito também sustenta que nada tem a acrescentar ao que disse Celso Pitta. Mas pede para apresentar-se à CPI depois de lido o relatório final. E cumprimenta Cabral pela imparcialidade e objetividade com que tem conduzido os trabalhos da Comissão.

Jefferson relatará na CCJ política do látex

O projeto que autoriza o Executivo a conceder subvenção econômica aos produtores de borracha natural e modifica a legislação da política econômica da borracha será relatado pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A subvenção teria caráter temporário, permanecendo apenas durante o período necessário ao ajustamento do setor, previsto em oito anos.

Pelo projeto, a subvenção corresponderá à diferença entre os preços de referência das borrachas nacionais e os dos produtos congêneres no mercado internacional, acrescidos das despesas de nacionalização. Prevê, também, que o Poder Executivo garantirá recursos financeiros necessários à implantação de programas para o adensamento dos seringais nativos e aprimoramento das técnicas de extração e preparo de látex.

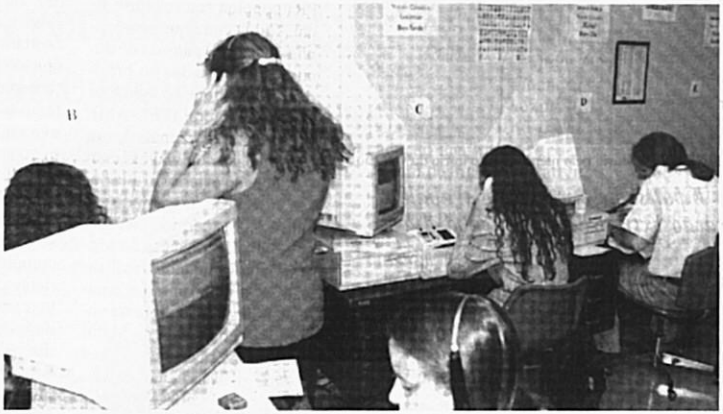
Depois de apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto será encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, ao plenário do Senado.

Pelo telefone, gratuitamente, pessoas em qualquer parte do país podem encaminhar sugestões, críticas e opiniões relativas aos trabalhos desenvolvidos pelos 81 senadores

Cidadão participa das atividades do Senado com 30 mil ligações

O serviço "A Voz do Cidadão", um espaço aberto para denúncias, críticas, sugestões e comentários sobre o trabalho dos senadores, já recebeu, de janeiro até agora, mais de 30 mil ligações telefônicas. A maioria das chamadas é das regiões Sudeste (70%) e Sul (13%). A região Nordeste vem em seguida, com 10% das ligações, a Centro-Oeste depois, com 6%, e a Norte ocupa o último lugar, com 1% das chamadas. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os estados que registram o maior número de ligações.

Para encaminhar sua opinião, o cidadão deve ligar para o número 0800-61-22-11, das 10 às 22 h. A ligação é gratuita e pode ser realizada de qualquer ponto do país. O atendimento é feito por estagiários da Universidade de Brasília (UnB), das áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e Comunicação Social. O que os estagiários registram é encaminhado aos gabinetes dos senadores, para que cada parlamentar atenda às demandas a ele encaminhadas, e serve de subsídio para o programa de TV interativa "Fala, cidadão", produzido pela TV Senado, que vai ao ar todas as sextas-feiras às 21h30 e é retransmitido nos sábados e domingos às 19h30.



A maioria das mensagens recebidas provém de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas

Um dia no outro lado da linha

"Mensagem do presidente do Conselho Político das Favelas do Rio de Janeiro a todos os senadores: instalamos antenas parabólicas e agora todos os favelados do Rio têm acesso e assistem, em massa, à TV Senado." O recado foi registrado pela Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal, em relatório sobre o serviço "A Voz do Cidadão".

Elogios à transparência na divulgação das atividades do Senado, com a transmissão das reuniões e sessões pela televisão, é um dos aspectos que se destacam no relatório, que contém as 69 sugestões e críticas apresentadas no dia 19 de junho último.

Especificamente sobre a TV Senado, há várias propostas de expansão das transmissões. Alguns usuários querem que seja ampliado o horário em que a programação fica no ar. Outros sugerem que as transmissões atinjam todo o país, e outros ainda querem que a TV Senado seja transmitida também via tevê convencional. Há também quem queira que a programação seja exibida obrigatoriamente nos estabelecimentos de ensino e quem defenda a transmissão das sessões da Câmara. Alguns registros dizem respeito a críticas aos problemas técnicos.

Uma preocupação dos cidadãos relaciona-se com a atuação dos senadores. Um telespectador, por exemplo, quer que a TV Senado especifique o voto de cada senador na votação de cada matéria. Outro elogia o desempenho de Roberto Requião (PMDB-PR) como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Precatórios.

Há ainda os cidadãos que sugerem posturas aos senadores. Um deles, por exemplo, pediu a compreensão dos senadores oposicionistas Ademir Andrade (PSB-PA) e Lauro Campos (PT-DF) para o esforço que o presidente Fernando Henrique estaria fazendo em favor do país. Outro quer que os senadores, especialmente Eduardo Suplicy (PT-SP), utilizem uma linguagem de mais fácil compreensão pelo eleitorado.

Alguns usuários elogiam debates havidos nas comissões ou no plenário, como os relativos à Previdência Social ou à violência contra os índios.

Estagiários registram as mensagens

Instituto promove teleconferência sobre captação de verbas públicas

O Senado Federal, através do Instituto Legislativo Brasileiro, promoverá, no dia 5 de agosto, das 14h às 17h, a primeira teleconferência, dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores das assembléias legislativas, das câmaras e prefeituras municipais. A transmissão será feita pela Embratel, por meio de telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e principais cidades brasileiras.

A conferência, que versará sobre "Estratégias de obtenção de recursos federais sem intermediação", tem como principal objetivo mostrar os diversos meios de captação de recursos sem intermediação de terceiros. Para ter acesso à teleconferência os interessados poderão, também, nos locais providos de antena parabólica sintonizar no canal 6-A1, polarização horizontal, freqüência 3910.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), **Polarização**: Vertical
Freqüência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Freqüência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Freqüência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Áudio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o *Data Rates* em 6,6 Mb/s.

Senadores devem unir-se contra proposta do deputado, segundo Marluce

Marluce rejeita a redução de bancadas sugerida na Câmara

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu a todos os parlamentares - e em particular aos representantes da região Norte - que lutem contra a aprovação de proposta de emenda constitucional do deputado José Genoíno prevendo a redução do número dos deputados federais. De acordo com a senadora, essa medida diminuiria a representatividade dos estados do Norte.

Marluce entende que reduzir a representação parlamentar dos estados da região Norte é reduzir sua expressão política. "Se assim procedemos, estaremos reduzindo a expressão política da própria federação brasileira, estimulando uma discussão preconceituosa. É o mesmo que aceitarmos a idéia de que existem estados menos brasileiros e cidadãos com menor grau de cidadania", disse.

A senadora lembra que a matéria já foi debatida na Constituinte, e "se o legislador brasileiro tão recentemente já deliberou sobre o assunto nos termos da Constituição vigente, o fato é coisa julgada e que, a bem da verdade, nem deveria ser objeto de discussão legislativa".

- Em síntese, seria o mesmo que discutirmos se os estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá deveriam voltar à condição de territórios federais - observou.

Demissão é prevista na lei, disse o senador, ao explicar que a cultura no serviço público é de inércia e acomodação. Discurso mereceu vários apartes

Cabral condena fim da estabilidade de servidor

A estabilidade do servidor público foi tema de debate ontem no plenário do Senado, a partir de pronunciamento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ao comentar a proposta de reforma administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados, Cabral afirmou que "o direito à estabilidade foi uma grande vitória dos servidores públicos e as regras não podem ser mudadas no meio do jogo". Para o senador, "não é demitindo de uma hora para outra os servidores públicos que se colocará o país nos eixos".

A propósito da demissão de maus servidores ou servidores com baixo padrão de desempenho, ele disse que a Constituição e as leis existentes "não impedem a ação saneadora da administração, como apregoam os que se opõem à estabilidade".

Na opinião de Bernardo Cabral, "o que geralmente se omite é que as autoridades administrativas são, via de regra, arredias às providências indispensáveis ao afastamento dos maus servidores, em face dos requisitos de motivação, impessoalidade e publicidade, preferindo submeter-se às moedas correntes da inércia e da acomodação".

- Em vez de eleger a quebra da estabilidade do servidor como panacéia, melhor andaria o governo se envidasse esforços para uma ampla reformulação da política e práticas de gestão pessoal, de forma a propiciar o controle efetivo do desempenho dos servidores e seus corolários, o estímulo aos dotados de capacidade e iniciativa e a dispensa dos incompetentes - afirmou.

Cabral destacou que o crescimento dos quadros de pessoal nada tem a ver com a estabilidade, "devendo-se antes a mecanismos extralegais de apropriação privada dos cargos públicos, como o favoritismo, o nepotismo e o prebendismo", que ele espera tenham sido extirpados da vida pública com a nova concepção de Estado, a partir da Constituição de 1988.

Governo deveria estimular os competentes, na opinião de Cabral

Vale pode demitir já, adverte Dutra

Em nota aos funcionários e à imprensa, o Sindicato de Trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce informou que a direção da empresa, privatizada há dois meses, se recusa a garantir o emprego, por dez meses, dos atuais 15.500 empregados. A nota foi lida em plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição.

Na nota, o sindicato afirma que os patrões argumentaram, durante a negociação salarial, que "o custo de pessoal da CVRD é alto e haverá redução" de pessoal, "apesar de toda sua lucratividade". Assim que foi privatizada, a Vale demitiu 266 funcionários em Itabira (MG).

O sindicato lamenta em sua nota que a empresa só concorde com um reajuste de 3%, quando a inflação dos 12 meses anteriores ficou em 8,11%.

Dutra leu a nota dos trabalhadores da Vale

Senadores apontam retrocesso na proposta

Em aparte ao discurso de Bernardo Cabral, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse que nada o fará votar contra a estabilidade do servidor público, destacando que ela é o único motivo para qualquer pessoa aceitar um emprego público, uma vez que, a seu ver, os salários no setor são humilhantes. Lembrou que um controlador de vôo ganha US$ 10 mil nos Estados Unidos e US$ 5 mil em Portugal, enquanto no Brasil recebe apenas R$ 1 mil.

Também aparteando, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) observou que a quebra da estabilidade será um retrocesso, assinalando que nenhuma pressão o fará votar a favor do fim da estabilidade. O senador Romero Jucá (PFL-RR) salientou que o Senado precisa garantir o fortalecimento do servidor e não a aniquilação do serviço público.

Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que a defesa da estabilidade não é uma bandeira corporativista, acrescentando que, antes de ser um privilégio, a estabilidade é uma garantia para o cidadão e evita, na alternância do poder, a quebra da continuidade dos serviços públicos.

Por sua vez, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que o Senado não pretende capitular os direitos adquiridos dos servidores públicos. E o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) declarou que a questão da quebra da estabilidade é um tema que está preocupando a sociedade brasileira, e o Senado deve contribuir para que seja encontrado um ponto de equilíbrio para a questão.

Senador defende incentivos à "indústria inteligente", com a destinação de 10% da arrecadação das loterias, sendo metade para o Fundo Nacional de Cultura e o restante a ser distribuído aos governos estaduais

Arruda propõe recursos para cultura

Com vistas ao potencial multiplicador de empregos e renda inerente à produção artística, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) defendeu ontem projeto de sua autoria, "que visa garantir à indústria cultural os meios financeiros para se viabilizar e expandir". Pela proposta, 10% da arrecadação das loterias federais seriam destinados às atividades culturais, sendo que metade iria para o Fundo Nacional de Cultura e os outros 50% diretamente para os governos estaduais.

Arruda salientou que, atualmente, 1% da arrecadação com os jogos de azar institucionalizados já é destinado à cultura. Trata-se, a seu ver, não apenas de aumentar o custeio de despesas na produção cultural, mas de investir decididamente numa indústria "inteligente".

Para o senador, a descentralização no rateio dos recursos prevista no seu projeto permitirá, ainda, a valorização das diferenciações regionais, com a criação de empregos e renda nos próprios estados.

Após uma década de marasmo, considerou, o país está passando por um renascimento das várias áreas culturais, particularmente no cinema. Na opinião de José Roberto Arruda, o atual momento brasileiro permite a consolidação desse renascimento, pois o país tem um presidente e um Congresso com sensibilidade para promover uma indústria que, em todo o mundo, além de lucrativa, é instrumento de afirmação da nacionalidade e de conquista do respeito mundial.

Arruda: renascimento cultural

Lucena defende mais verbas para combate à dengue

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) informou ontem que o Ministério da Saúde está liberando R$ 28,9 milhões para o combate à dengue em 88 municípios de 12 estados, como parte do Plano de Erradicação do *Aedes aegypti*, o mosquito causador da doença.

Mesmo congratulando o governo pela iniciativa, Lucena afirmou que o dinheiro liberado é "pouco" e sugeriu ao presidente Fernando Henrique a emissão de uma medida provisória que crie um crédito extraordinário para o combate à moléstia.

- Se não houver uma intensificação da luta contra a dengue, que ataca as camadas mais pobres da população, a doença pode se alastrar como uma epidemia no país.

Na Paraíba, por exemplo, um dos estados mais atingidos, já há casos da dengue hemorrágica, que é fatal, alertou o senador

Lucena: o dinheiro é pouco

Hollanda destaca ação assistencial em PE

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou o trabalho da Fundação Altino Ventura, de Pernambuco, que realiza pesquisas e cursos na área de oftalmologia e presta atendimento médico à população do estado. O senador afirmou ser essa instituição de utilidade pública municipal e estadual, e realiza "um trabalho filantrópico de extraordinário alcance".

Hollanda: estímulo à cidadania

Hollanda lembrou que a fundação dispõe de uma equipe médica que atende pacientes de todo o estado, "representando contribuição significativa ao exercício da cidadania e à recuperação da capacidade laborativa de milhares de pessoas do sertão pernambucano".

A fundação também mantém convênios científicos com a Universidade Federal de Pernambuco e outras instituições, para a formação de especialistas nas mais variadas áreas da oftalmologia. Conforme o senador, a entidade também foi incluída pelo Inamps no Sistema de Informação Ambulatorial.

Valmir aplaude mudanças no currículo do 2º grau

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse ontem que a proposta do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para o segundo grau, além de atender ao desejo dos próprios alunos, "representa um avanço do sistema de ensino" do país. Ele elogiou a iniciativa e dirigiu apelo às autoridades do setor para que as mudanças entrem em vigor o mais rapidamente possível.

A intenção do ministro Paulo Renato, segundo o senador, "é flexibilizar o segundo grau, permitindo que até 25% do currículo sejam definidos pelas escolas e pelos próprios estudantes". Para Valmir, "trata-se, na verdade, de uma complementação ou até mesmo de um aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado".

Valmir Campelo explicou que, pela proposta, que ainda será apreciada pelo Conselho Nacional de Educação, o segundo grau passaria a ter um currículo unificado, composto pelas disciplinas tradicionais, com 1.800 horas-aula, representando 75% do total do curso.

Valmir: flexibilizar o ensino de 2º grau

Os 25% das horas-aula restantes, conforme o senador, serão complementados com matérias optativas que poderão situar-se na área de saúde, por exemplo, ou de qualquer outra disciplina mais próxima da vocação do aluno ou do curso que pretenda seguir na universidade.

- Como parlamentar e como cidadão preocupado com a educação em nosso país, quero aplaudir e incentivar essa iniciativa. Também como ex-presidente da Comissão de Educação do Senado, não poderia deixar de pedir ao Conselho Nacional de Educação que aprecie a proposição o quanto antes, para que tais modificações possam vigorar já a partir do próximo ano - disse.

Agricultores têm de preservar até 80% de sua terra, queixou-se o senador

Quintanilha critica reedição de MP que proíbe corte

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) criticou ontem a reedição da Medida Provisória 1511, que proíbe o corte raso das árvores em 80% das florestas da região Norte e do norte da região Centro-Oeste, limitando as áreas que podem ser utilizadas pela agricultura e pela pecuária.

- Essa medida vem trazer um prejuízo enorme, cria um obstáculo imenso ao desenvolvimento dos estados que integram essa região, não só para o Tocantins, um estado novo, cuja vocação natural da sua economia está centrada no setor primário, na exploração da agricultura - afirmou.

Leomar Quintanilha disse que a MP restringe a 20% o aproveitamento da área de cada propriedade para a agricultura e lembrou que o Tocantins, por exemplo, tem uma dimensão territorial de 278 mil quilômetros quadrados e mais de 90% de suas terras são agricultáveis. "Não é possível que cada agricultor fique com 80% de sua área inexplorados", reclamou.

Na opinião do senador, a medida não atende aos interesses da pequena propriedade e "atingiu brutalmente" os proprietários dos estados do Tocantins, Pará e Amazonas.

Programa do Banco do Brasil para o Fortalecimento da Agricultura Familiar deve ser simples e rápido, para alcançar suas metas, diz o senador

Jucá apela ao BB pelos municípios do interior

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apelou ontem ao presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, no sentido de que dê condições às agências, principalmente em Boa Vista (RR), para a execução do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf).

"Apesar da boa intenção do governo federal e da importância da agricultura familiar, infelizmente o Pronaf tem funcionado muito pouco nas regiões mais pobres", afirmou, acrescentando que, em Roraima, não foi concedido nenhum financiamento a pequenos agricultores.

Jucá pediu ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, que reveja a questão operacional do programa para que a população a ser beneficiada seja atendida de forma "simples e rápida". Segundo ele, a proposta de financiamento não chega aos municípios do interior devido à burocracia, o que causa prejuízo ao programa e às famílias que deveriam receber empréstimo para melhorar sua produção agrícola.

Jucá: o Pronaf precisa atingir os mais pobres

- Com o Banco do Brasil gerenciando e implementando os financiamentos, o Ministério da Agricultura conduzindo o programa e o governo estadual fazendo a promoção, tenho certeza de que o Pronaf será aquilo que o governo federal quer no papel - salientou.

ENERGIA

Jucá informou que a Eletronorte concluiu o processo licitatório para a construção de linhas de transmissão, que levarão energia da Venezuela até Roraima. O senador destacou que o consórcio de empresas encabeçado pela Pirelli ganhou a concorrência, com o menor preço, e terá um ano e seis meses para finalizar as obras.

Amin quer baratear custos na agricultura

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) condenou o alto preço dos insumos agrícolas e sugeriu a realização de acordos entre produtores e agricultores, sob a mediação dos órgãos do governo federal responsáveis pelo acompanhamento dos preços industriais e agrícolas, com vistas ao barateamento de fertilizantes, defensivos e sementes.

Amin: insumos são muito caros

Amin divulgou carta recebida de um vereador de seu estado solicitando a interferência do Senado Federal junto às indústrias de insumos, visando à redução de seus preços. O senador disse que lhe causou espanto constatar que a incidência do preço dos insumos no custo final dos produtos agrícolas é elevada, atingindo, por exemplo, quase a metade no caso do milho e da soja.

Ele sugeriu a adoção, pelos agricultores, de técnicas alternativas que podem ser úteis na melhoria da qualidade do solo, além de reduzir o consumo de fertilizantes, como a do plantio direto, que, como afirmou, utiliza os próprios resíduos orgânicos das plantas para criar camada de proteção física, quimicamente enriquecedora do solo.

Gilvam prevê impulso à reforma agrária com medidas do governo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou as novas medidas de política fundiária anunciadas pelo governo, que "devem dar um novo impulso à reforma agrária, permitindo reverter o quadro sinistro de concentração de terra, que coloca o país em situação vergonhosa no cenário internacional".

Na sua opinião, essas ações facilitarão o levantamento de dados sobre as terras passíveis de desapropriação, darão mais agilidade à realização da reforma agrária e diminuirão as invasões e a violência no campo.

Gilvam explicou que as medidas determinam que o preço a ser pago pela propriedade não pode, em qualquer hipótese, superar o valor do mercado. Havendo uma superavaliação comprovada, ou fraude, o responsável técnico pelo laudo será responsabilizado "civil, penal e administrativamente".

- Um outro aspecto que merece ser mencionado é o fim da chamada "farra de juros". Agora, os juros compensatórios para desapropriações passam a ser de 6% ao ano e serão fixados sobre a diferença entre os valores estipulados pelo Incra e os estabelecidos pela Justiça. Anteriormente, com os juros de 12% ao ano, praticados sobre o valor da terra e não sobre a diferença dos valores, as dívidas do Incra dobravam, por causa da demora dos processos judiciais - disse o senador.

Gilvam acha que a reforma está mais fácil

Ele afirmou ainda que, pelas novas regras, as desapropriações serão conduzidas diretamente pelo governo, não sendo mais influenciadas pelas invasões de propriedade, uma vez que terras invadidas não serão desapropriadas. "As entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais e agricultores poderão indicar ao Incra áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária", acrescentou.

- Essas medidas corrigem, dentro da lei, uma estrutura agrária injusta e excludente, e sinalizam claramente a intenção do governo de fazer a reforma agrária - finalizou.

Benedita: fim da "amarga ilusão"

Trabalhador não é caloteiro, diz Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que não se pode chamar de caloteiros os trabalhadores que compraram a prestação, estão com vontade de pagar, mas não têm condições. Segundo ela, essas pessoas foram iludidas pelas facilidades aparentes oferecidas pelo comércio após a estabilização da economia.

- Aconteceu que muitos trabalhadores, com dificuldades de tomar empréstimos em banco, aderiram a financiamentos das lojas. Isso se transformou numa amarga ilusão, pois os trabalhadores tinham outras despesas, como alimentação, luz e água. Além disso, o salário está congelado há três anos e os juros são exorbitantes - afirmou.

Na opinião de Benedita, o Plano Real está dando certo na economia, mas, do ponto de vista social, é "péssimo" para o trabalhador que, a seu ver, acreditou no fim da inflação e pensou que conseguiria pagar as suas contas normalmente. "Existe uma perda de compra por parte dos trabalhadores e os preços estão subindo, inclusive os gêneros de primeira necessidade", considerou a senadora.

Para senador, situação na Tailândia representa uma advertência quanto ao perigo de se acumularem déficit comercial e déficit público

Jefferson alerta para o risco de crise cambial

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) fez um alerta ontem sobre a crise cambial enfrentada pela Tailândia e para o risco potencial que o Brasil corre de enfrentar situação semelhante. Lembrando que o terceiro ano do Plano Real coincidiu com a eclosão da crise tailandesa, o senador avisou: "O Brasil não suportaria um estouro cambial porque temos uma dívida social que tem de ser resgatada com urgência".

Ele observou que a crise na Tailândia pode até não ser um sinal de perigo para o Brasil, mas definiu-a como um fato que não pode ser desprezado. Disse que a economia brasileira caminha entre o déficit comercial e o déficit público e que nenhum país, salvo os Estados Unidos, pode se dar ao luxo de permanecer por muito tempo com esses dois megadéficits. Jefferson lembrou que esse país só faz isso porque tem o privilégio de possuir uma moeda de curso universal.

Para Jefferson Peres, nenhuma outra economia pode sobreviver com esses dois déficits gigantescos e a equipe econômica brasileira sabe disso. "Não devemos ser catastróficos, mas não podemos achar que isso definitivamente não acontecerá ao Brasil", disse o senador, assinalando que o déficit brasileiro em conta corrente está sendo financiado pelo ingresso de capitais especulativos, o que significa a remessa para o exterior de lucros que agravarão o desequilíbrio das contas brasileiras.

Embora ressalvando que exercício de futurologia em matéria econômica é futilidade, o senador disse ter a convicção de que, em poucos momentos da história brasileira, o país esteve diante de uma "bifurcação" como a de agora. "Ou o Brasil resolve o problema básico do ajuste fiscal ou despenca para o quarto mundo. Não podemos brincar com fogo e nosso problema número um é o desequilíbrio das contas públicas", frisou.

Jefferson: básico é o ajuste fiscal

Na opinião de Jefferson Peres, o Brasil tem que crescer 6% para enfrentar o desemprego. Com 3% ou 4% de taxa de crescimento, segundo o senador, o país não atenderá à demanda por emprego decorrente do aumento da população. Por outro lado, como a industrialização é poupadora de mão-de-obra e aumenta as importações de equipamentos, a economia brasileira continua num impasse.

- É preciso desmontar essa armadilha e nós, do Senado, precisamos ter presente nossa responsabilidade nesse ajuste fiscal, que não pode ser obra apenas do Executivo - advertiu.

O senador mencionou a precariedade dos serviços de saúde, a falta de segurança pública nas cidades, a falência dos estados, a agitação no campo, os baixos salários do setor público, assim como o efeito dominó da rebelião da polícia mineira, para concluir que "uma crise cambial seguida de recessão elevaria a crise social, que é perigosíssima. Se a economia do país destrambelha, sabe Deus o que pode acontecer se somarmos a isso o desprestígio da classe política".

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) aparteou para dizer que é urgente a necessidade da reforma tributária para contornar essa crise, acrescentando que não vê nenhum esforço do governo nessa direção. "O projeto está parado na Câmara, fala-se em reduzir os tributos para quatro ou cinco, mas nada acontece", acentuou.

Pesar pela morte de Moraes Rego

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do general-de-brigada Gustavo Moraes Rego Reis.

Pelo requerimento aprovado, o Senado também apresentará suas condolências à família de Moraes Rego e ao Ministério do Exército.

Mauro: prejuízos significativos

Mauro pede duplicação da BR-153

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou o lançamento, no dia 4 de agosto, de um movimento pela duplicação da BR-153. O evento será realizado na cidade de Itumbiara, mobilizando o povo de dezenas de municípios goianos e do Triângulo Mineiro, lideranças políticas e empresariais para, de acordo com o senador, mostrar ao governo o entusiasmo da população pela obra.

- O encontro de Itumbiara será o primeiro ato político na caminhada de luta que vamos empreender para garantir a duplicação da BR-153 - afirmou o senador, ao destacar que o presidente Fernando Henrique já assegurou a conclusão do projeto de engenharia para este ano.

Mauro disse que a duplicação da rodovia beneficiará o Centro-Oeste e a região amazônica, que encontram nessa via o melhor acesso ao porto de Santos e aos países do Mercosul.

As dificuldades apresentadas pelo tráfego intenso em certos trechos da rodovia, congestionamentos constantes e acidentes fatais, também foram ressaltadas pelo parlamentar. "Não dá mais para conviver passivamente com os prejuízos econômicos e de vidas humanas. Imprimir velocidade e eficiência na direção do Norte e Centro-Oeste com São Paulo, e na direção inversa, é investir na conquista de novas escalas de produção e de consumo nos dois sentidos", defendeu.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Valmir Campelo